

RESGATANDO A DIGNIDADE ATRAVES DA PRATICA DOS PRINCIPIOS DA ECONOMIA SOLIDARIA E CATANDO O LIXO

RESCUING THE DIGNITY THROUGH PRACTICE OF PRINCIPLES OF SOLIDARITY ECONOMY AND PICKING TRASH

Marcela Andresa Semeghini Pereira¹

RESUMO

Neste trabalho abordou-se o conceito e características da Economia Solidária representada por fundações e, principalmente, cooperativas. Esta é uma economia humanizadora, de desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional (consumo racional) das necessidades de cada um e de todos os cidadãos seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de vida. Esta análise é necessária, pois, através dela verificar-se-à se, na Cooperativa de Marília – Cotracil, estão presentes as características desta economia e se os cooperados vivem de forma digna. A vida digna, preconizada na Constituição Federal de 1988, é possível em um mundo sustentável, esta é a consequência de um complexo padrão de organização que apresenta cinco características básicas: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Uma dessas iniciativas é a reciclagem, ou seja, reutilização de materiais que seriam descartados. A Cooperativa Cidade Limpa de Marília realiza a Reciclagem de Lixo, cujos objetivos são: humanizar o trabalho dos catadores, retirando-os das ruas e levando-os para barracões com infra-estrutura adequada para seleção e preparo do material reciclável destinado à comercialização direta. Concluiu-se que, para efetivação destes objetivos deve-se incentivar a participação de todos no desenvolvimento regional sustentável, entendendo como a formação de redes sociais pode fortalecer o capital social de uma comunidade, criando vínculos efetivos entre indivíduos e grupos, respeitando o meio ambiente e a diversidade cultural, com melhoria de qualidade de vida para todos, dentro de um contexto econômico equilibrado e com crescente coesão social. Também, constatou-se que a economia solidária é importante para a realização dos princípios fundantes da economia brasileira, preconizados no artigo 170 da Magna Carta. Para sustentação da pesquisa, utilizou-se do método fenomenológico e qualitativo.

Palavras-chave: Dignidade. Economia solidária. Reciclagem. Sustentabilidade.

¹ Mestranda em Direito pela Universidade de Marília - Unimar, área de concentração: Empreendimentos econômicos, desenvolvimento e mudança social. Graduada em Direito pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília (2003), Graduada em Ciências Sociais - Licenciatura pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp (2007) e Graduada em Ciências Sociais - Bacharelado pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp (2002), MBA em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Mato Grosso (2011).

ABSTRACT

This paper discussed the concept and characteristics of the Solidarity Economy represented by foundations and especially cooperatives. This is a socially just and facing a rational satisfaction (rational consumption) the needs of each and every citizen following an intergenerational way of sustainable development in the quality of life humanizing economy, sustainable development. This analysis is necessary because, through her check-up to be in the Cooperative Marília - Cotracil are present the characteristics of this economy and the cooperative live in a dignified manner. A dignified life called for in the 1988 Federal Constitution, is possible in a sustainable world, this is the consequence of a complex pattern of organization that has five basic characteristics: interdependence, recycling, partnership, flexibility and diversity. One such initiative is recycling, or reuse of materials that would otherwise be discarded. The Cooperative Clean City of Marília performs Trash Recycling, whose objectives are: to humanize the work of scavengers, removing them from the streets and taking them to barracks with proper selection and preparation of recyclable material intended for direct marketing infrastructure. It was concluded that for realization of these goals should encourage the participation of all the regional sustainable development, understood as the formation of social networks can strengthen the social capital of a community, creating effective linkages between individuals and groups, respecting the environment and cultural diversity, with improved quality of life for all within a balanced and with increasing social cohesion economic context. Also, it was found that the solidarity economy is important for the realization of the founding principles of the Brazilian economy as stated in Article 170 of the Constitution. To support the research, we used the phenomenological and qualitative method.

Keywords: Dignity. Solidarity economy. Recycling. Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema para a presente pesquisa iniciou-se ao observar as injustiças cometidas com os seres humanos que atuam na coleta de resíduos associada à desigualdade social; a destruição do meio ambiente provocada pelo desperdício no uso de matérias primas; o desemprego formal que grassa na economia e a ânsia consumista praticadas no sistema econômico capitalista. Assim, a busca de possíveis alternativas a este modelo para que, desta forma, se possa manter a vida no planeta e uma vida com qualidade é o que se pretende discutir.

Para tanto, entende-se que a Economia Solidária é um modelo cuja prática apresenta empresas como modelo cooperativo, ou fundações com as quais é possível alterar alguns elementos vigentes no modo de produção capitalista. Assim, o estudo objetiva

preliminarmente comparar entre outros os dois modelos de organização e a forma de operação.

Neste estudo procura-se observar à possível existência de práticas relacionadas aos princípios da Economia Solidária e se estes são suficientes para conferir uma vida digna aos catadores. Como tal entende-se a Economia Solidária uma economia humanizadora, de desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional (consumo racional) das necessidades de cada um e de todos os cidadãos seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida. Todavia, desde logo, observa-se uma contradição desse tipo de prática com o sistema vigente, cujo objetivo mais geral é obter lucro.

A busca que fazem os cidadãos entende-se, na verdade, é por dignidade, ainda que como patamar, e não coleta de lixo que se pode transformar em mercadoria. Assim, o estudo procura discutir a valorização deles na função de sua atividade presente como catadores de lixo reciclável. Procura avaliar se com ela se permite enfatizar a preservação do meio ambiente, cuja inclusão social e a conscientização da sociedade sobre essa atividade exigem muitas vezes o município de seu papel e cria oportunidades.

Levanta-se a hipótese de que nesta busca pela dignidade ocorre a transformação pessoal de cada um dos envolvidos nos trabalhos da COTRACIL, no sentido de ser trilhado um caminho novo de convivência com o aprendizado, de compartilhamento de idéias, de capacitação pessoal e profissional, rompendo com os laços perversos do capitalismo, assistencialismo, da mendicância, da exclusão social e da miséria que terão uma vida digna, pois, como já dito, o poder público apenas exerce a função política, o marketing de suas ações efêmeras.

A prática dos princípios da Economia Solidária só será eficaz se os trabalhadores os exercerem. Outra questão se refere à necessidade de melhor estruturação técnica, física e de equipamentos destinados à coleta primária dos resíduos, pois, as condições de trabalho, as instalações físicas e os equipamentos com os quais atuam aqueles trabalhadores, aparentemente, fazem com que os coletores sofram cansaço e mesmo se machuquem pela precariedade das condições praticadas. Todavia na maior parte das vezes não existem as mínimas condições de trabalho. Assim há a necessidade, por exemplo, de comprar prensa e máquina extrusora em cujas funções permitem agregar valor aos plásticos, papel e alumínio recolhidos e acondicionados.

Merece menção especial à questão do crescimento pessoal e da capacitação profissional, em que novas competências sejam agregadas às capacidades da cooperativa e de seus cooperados, no sentido de melhorar os seus resultados e de agregar novos cooperados, contribuindo para a sua expansão como atividade produtiva sustentável.

Evidencia-se, também, a necessidade a ampliação das parcerias e a revitalização das parcerias já existentes, que passam por um processo de relativo arrefecimento, diminuindo o impacto positivo que as ações anteriores trouxeram para a cooperativa; tal é o caso do Rotary, que patrocinou de forma ativa a compra dos dois caminhões que fazem o transporte de material.

A Cooperativa surgiu no ano de 1999, após um curso de cooperativismo promovido pelo SEBRAE, Ana (atual Presidente da Cooperativa) e um grupo de vinte e um catadores decide fundar uma cooperativa de coleta de lixo reciclável, com o apoio do Projeto UNI da FAMEMA – Faculdade de Medicina de Marília, um projeto voltado para resultados onde se constrói uma comunidade com saúde, conscientizada em relação à prevenção, autônoma nas decisões das necessidades e na elaboração das diretrizes que irão garantir melhorias na qualidade de vida e construção da cidadania. A essa cooperativa foi escolhida o nome de COTRACIL – Cooperativa de Trabalho Cidade Limpa.

Antes da fundação da Cooperativa, os associados não possuíam emprego fixo, viviam de “bicos” como: servente de pedreiro, ajudante geral, catadores informais etc.

A prefeitura passou a apoiar essa iniciativa, através da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Como seu primeiro ato de apoio é cedido em comodato um terreno, já com um barracão existente, de propriedade da própria Prefeitura Municipal de Marília localizado no Bairro Prolongamento Tofolli.

Para esse barracão é que os catadores levavam o material reciclável recolhido no aterro sanitário, através de pequenos carrinhos de mão, e onde faziam a separação conforme a sua classificação. Vendo a dificuldade de todos, a partir de 2001 a prefeitura disponibilizou um caminhão que efetuaria o transporte do material reciclável coletado até o barracão, mas apenas em alguns dias da semana, o suficiente para uma diminuição considerável do trabalho braçal dos catadores.

Porém com o aumento do volume de reciclagem da cooperativa, o transporte oferecido pela prefeitura tornou-se insuficiente. Buscando-se alternativa, a prefeitura, então, colocou um caminhão alugado com motorista a disposição da cooperativa, arcando com todas as despesas.

Outra iniciativa da prefeitura local, através da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, foi o início de um projeto educativo junto às escolas municipais e a população em geral, ministrando as noções básicas de reciclagem e a separação do material reciclável e do lixo orgânico e inorgânico.

Inicia-se assim a atividade do catador de rua, que sai do aterro sanitário e passa a obter o material junto às escolas, condomínios, estabelecimentos comerciais, industriais e residências da cidade, tornando-se assim, conhecidos publicamente na cidade. Com o crescimento da COTRACIL, novas parcerias são inauguradas. A Caritas Diocesana de Marília faz uma doação de uma prensa manual. Logo em seguida, a Empresa Aparas de Papel Marília também doa outra prensa manual, fortalecendo em muito o crescimento de cooperativa.

O projeto, denominado “do lixo pra cidadania” prevê ainda ações para promover a inclusão social de 50 famílias de catadores, através da Secretária do Bem Estar Social, incluindo alfabetização de adultos. A inclusão dos adultos em programa de alfabetização era feita em parceria com a Secretaria Municipal da Educação. Em parceria com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente era ministrada palestra aos cooperados sobre conservação ambiental.

A Cooperativa de Trabalho Cidade Limpa, Cotracil também recebeu o título de Utilidade Pública Municipal, aprovado pela Câmara Municipal de Marília, ampliando as suas condições de buscar apoio de vários segmentos, visando ganhar maior estrutura no processo de coleta seletiva de materiais recicláveis e efetuar sua comercialização e até mesmo atraindo mais cooperados.

A COTRACIL desenvolve um papel social grande na cidade e no bairro onde se localiza. Através dela é feita a distribuição de cestas básicas, leite e verduras para uma comunidade próxima, onde residem muitos catadores.

Também conta com uma casa cedida pela Prefeitura, próxima ao seu barracão, em uma das principais ruas de acesso ao Bairro Nova Marília, onde existe um pequeno Museu do Lixo, com objetos curiosos e históricos encontrados pelos catadores, que vão desde vestidos de noivas novos até louças e pratos antigos.

A pesquisa utilizada foi qualitativa, tendo em vista as características das situações sociais que pretendeu-se analisar neste trabalho. Este método passa pela história da vida, pela investigação clínica. Neste método o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento, estes estão correlacionados. Na pesquisa qualitativa todo sujeito elabora conhecimento e colaboram na solução dos problemas. O pesquisador deve tentar olhar o mundo através dos olhos do pesquisado. (NASCIMENTO, 2002, p. 89-90)

Tendo em vista a utilização do método fenomenológico e a pesquisa qualitativa, os cooperados foram entrevistados utilizando-se de entrevistas abertas e os participantes sendo estimulados a relatar as experiências acerca do envolvimento de cada um no trabalho e o grau de satisfação. As entrevistas foram agendadas na sede da Cooperativa, em uma população de 23 catadores, foram aplicados os questionários a 10, inclusive a Presidente Dona Ana. As perguntas feitas foram: Quantas horas trabalham, em média, por dia? Quantos quilômetros percorrem diariamente? Quantos quilogramas de lixo reciclável chegam a carregar? Quanto ganha por dia/mês? Você se considera um profissional/estuda? Já adquiriu alguma doença decorrente do trabalho? Já ocorreu algum dano na integridade física, ex: mordida de animal, atropelamento etc.? Já foram desrespeitados? Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, foi utilizado o levantamento, buscando promover o envolvimento e a interrogação direta dos trabalhadores.

Os instrumentos de coleta de dados empregados na pesquisa foram à observação ligada à entrevista, o pesquisador ficara um pouco perto do indivíduo. Existiram dois métodos de coleta de dados: primeiro a informação dada durante a aplicação do questionário e a segunda decorre da observação de suas reações frente a diferentes estímulos provocados pelo pesquisador.

As perguntas serviram de base para análise da aplicação do princípio da dignidade a estes trabalhadores. Este princípio é essencial, pois para que tenham uma vida digna é necessário que estes trabalhadores sejam respeitados como profissionais que buscam sustentar a si e as suas famílias e, principalmente que sejam tratados como seres humanos. O que também se pretendeu demonstrar é a preocupação com a questão ambiental e a importância destes trabalhadores neste contexto.

A preparação e descrição do material coletado nos questionários e anotações decorrentes das observações foram por meio de resumos e temas. A redução dos dados vai ressaltar componentes importantes, associando-os ao tema da pesquisa. Por fim, procurou-se estabelecer relações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, promovendo relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática.

2 CARACTERÍSTICAS DA SUSTENTABILIDADE

Todos estão interligados, por isso a prática ou a omissão de alguém influencia a todos. Para que haja sustentabilidade é necessário o comprometimento de todo ser humano.

Conforme Capra (1993, p.232) quando entende-se a interdependência ecológica também entende-se relações. Isso determina as mudanças de percepção que são características do pensamento sistêmico - das partes para o todo, de objetos para relações, de conteúdo para padrão. Uma comunidade humana sustentável está ciente das múltiplas relações entre seus membros. Nutrir a comunidade significa nutrir essas relações. Preservar o meio ambiente significa preservar vidas.

Portanto, entende-se que para que o mundo seja sustentável é essencial que todos participem deste processo. Como todos estão interligados, as ações influenciam a todos e, dependem destas ações a sustentabilidade das gerações presentes e, principalmente, as gerações futuras.

Para Capra (1997, p.25) sustentabilidade é a consequência de um complexo padrão de organização que apresenta cinco características básicas: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade, todas estas características estão presentes na Economia Solidária. Ele sugere que, se estas características, encontradas em ecossistemas, forem 'aplicadas' às sociedades humanas, essas sociedades também poderão alcançar a sustentabilidade.

Segundo de Capra, "sustentável" não se refere apenas ao tipo de interação humana com o mundo que preserva ou conserva o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras, ou que visa unicamente à manutenção prolongada de entes ou processos econômicos, sociais, culturais, políticos, institucionais ou físico-territoriais mas uma função complexa, que combina de uma maneira particular cinco variáveis de estado relacionadas às características acima. Capra exemplifica (1997, p.23):

Quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes. Por exemplo, somente será possível estabilizar a população quando a pobreza for reduzida em âmbito mundial. A extinção de espécies animais e vegetais numa escala massiva continuará enquanto o Hemisfério Meridional estiver sob o fardo de enormes dívidas. A escassez dos recursos e a degradação do meio ambiente combina-se com populações em rápida expansão, o que leva ao colapso das comunidades locais e à violência étnica e tribal que se tornou a característica mais importante da era pós-guerra fria.

Discorre o mesmo autor que (1997, p.231), para que a sociedade una-se novamente a teia da vida deve construir, nutrir e educar comunidades sustentáveis, nas quais pode-se suprir vontades e necessidades sem impossibilitar as chances das gerações futuras. Para realizar essa

tarefa, pode-se aprender valiosas lições extraídas do estudo de ecossistemas, que são comunidades sustentáveis de plantas, de animais e de microorganismos. Para compreender essas lições, é necessário aprender os princípios básicos da ecologia.

É necessário que todos se tornem, por assim dizer, ecologicamente alfabetizados. Ser ecologicamente alfabetizado, ou 'eco-alfabetizado', significa entender os princípios de organização das comunidades ecológicas (ecossistemas) e usar esses princípios para criar comunidades humanas sustentáveis. Precisa revitalizar as comunidades - inclusive as comunidades educativas, comerciais e políticas - de modo que os princípios da ecologia se manifestem nelas como princípios de educação, de administração e de política.

O impacto da nova economia no bem estar do ser humano, capitalista e neoliberal, tem sido negativo até o presente momento. Esta economia não praticou os princípios da sustentabilidade e não houve preocupação com a teia da vida, onde toda ação influencia o todo. Enriqueceu a elite global de especuladores financeiros, empresários e profissionais de alta capacitação técnica, mas as conseqüências sociais e ambientais no seu todo, tem sido desastrosas, além da ênfase na desigualdade social. Conforme Capra (2003, p. 155):

A fragmentação e a individualização do trabalho e o gradativo sucateamento das instituições e leis de bem-estar social, que cedem à pressão da globalização econômica, significam que a ascensão do capitalismo global tem sido acompanhada por uma desigualdade e uma polarização social crescente. O abismo entre os ricos e os pobres aumentou significativamente, tanto em nível internacional quanto dentro de cada país.

Nos últimos anos, o impacto social e ecológico da globalização vem sendo discutido extensivamente por acadêmicos e líderes comunitários. Suas análises demonstram que a nova economia está produzindo uma resultante de conseqüências interligadas e de conseqüências danosas — aumentando a desigualdade social e a exclusão social, um colapso da democracia, deterioração mais rápida e abrangente do ambiente natural e ascensão da pobreza e alienação. O novo capitalismo global ameaça e destrói as comunidades locais por todo o globo; é amparado em conceitos de uma biotecnologia deletéria, invadiu a santidade da vida ao tentar mudar diversidade em monocultura, ecologia em engenharia, e a própria vida numa *commodity*.

Torna-se cada vez mais claro que o capitalismo global na sua forma atual é insustentável e necessita ser fundamentalmente replanejado. Os acadêmicos, líderes comunitários e ativistas populares, no mundo todo, precisam erguer suas vozes, exigindo o

“virar do jogo” e sugerindo as maneiras concretas de fazê-lo, como explicita Capra (2003, p. 157):

A meta central da teoria e da prática econômica atual – a busca de um crescimento econômico contínuo e indiferenciado – é claramente insustentável, pois a expansão ilimitada num planeta finito só pode levar à catástrofe. Com efeito, nesta virada de século, já está mais do que evidente que nossas atividades econômicas estão prejudicando a biosfera e a vida humana de tal modo que, em pouco tempo, os danos poderão tornar-se natural.

O mercado global, como é conhecido, é na verdade uma rede de máquinas programadas de acordo com o princípio fundamental que gerar dinheiro deve preceder direitos humanos, democracia, proteção ambiental ou qualquer outro valor. Entretanto, as mesmas redes eletrônicas de financiamento e fluxo da informação poderiam incorporar outros valores, neles inseridos.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA CAPITALISTA

Como alternativa ao sistema econômico capitalista, surge a Economia Solidária que tem o objetivo de distribuir riqueza, consumir de forma consciente e valorizar o ser humano e sua capacidade de criar, sem exploração, privilégios e objetivando, sempre, a preservação do meio ambiente.

A Economia Solidária se apresenta como um resgate da luta dos trabalhadores contra a exploração do trabalho e como opção de economia. Esta possui as características de sustentabilidade apresentadas pelo intelectual Fritjof Capra que são: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade.

Para Arroyo (2006, p. 63) Economia Solidária acrescenta o desafio de ser germinada, brotada de dentro para fora, de baixo para cima, estando alerta para o mundo com uma identidade própria que estabelece diálogo para estabelecer o equilíbrio, a distribuição e a justiça. Segundo ele:

E a economia que se estabeleça a partir da associação, da cooperação, da comunhão, tanto entre indivíduos para a constituição de empreendimentos coletivos como entre empreendimentos para obter saltos de competitividade, em estruturas em rede que também podem ser compreendidas como empreendimentos coletivos. Então, começa a se fundir, a se misturar com outros valores com os quais a economia atual não dialoga.

De acordo com a FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), na III Plenária Nacional da Economia Solidaria realizada no ano de 2003 (2014) apresentou o conceito de Economia Solidária e seus princípios. Informando que objetiva contrapor características do sistema capitalista e, para que seja efetiva, é necessário o envolvimento das pessoas através da associação e do cooperativismo

A Economia Solidária é movimento que busca contrapor os princípios de produção, comercialização e distribuição de riquezas inerentes ao sistema capitalista, buscando novas relações (sociais, econômicas e ambientais) contrárias: - a alienação em relação ao processo do trabalho como um todo; as desigualdades sociais (poder e riqueza na mão de uma minoria, pobreza para a maioria); aos desequilíbrios ecológicos – visto que grandes corporações tendem a se preocupar mais com o lucro e menos com os danos ambientais que o seu crescimento desenfreado causa.

E, como visto, o desenvolvimento territorial busca expandir com base nesta economia solidária, levando em conta que seu crescimento necessita do envolvimento das pessoas: de forma associativista e cooperativista (cada um contribuindo com o seu melhor, com o que e possível dentro de seus parâmetros); participando do processo desde sua implementação até o produto final (propriedade da economia solidária que te características também do comercio justo); e tendo em mente o equilíbrio ecológico (fator essencial para harmonizar as relações entre pessoas, desenvolvimento territorial e natureza).

O trabalho na Economia Solidária é apresentado como meio para que o ser humano adquira independência e dignidade, sendo uma alternativa ao trabalho capitalista alienado, onde o homem se apresenta como mera mercadoria.

Nesta Economia, as atividades são organizadas primando pela igualdade de direito entre os envolvidos nestas atividades. As relações são simétricas e todos fazem parte do processo tendo que desempenhar seu papel para funcionar esta economia.

Para Paul Singer (2002), com a prática da Economia Solidária a igualdade entre todos os membros será alcançada, todos precisam cooperar para o sucesso do empreendimento. Portanto, se esta economia fosse realidade a sociedade seria muito menos desigual e muito mais humana e solidária.

Em uma empresa capitalista há o pagamento de salários, desiguais, conforme o nível hierárquico de cada função e prevalece, sempre, o poder e o interesse dos sócios.

Os empregadores são livres para demitir os empregados e estes são livres para procurarem um emprego que pague melhor. Na empresa solidária, diferentemente, os sócios fazem retiradas e esta varia conforme a receita obtida, esta retirada é definida por todos os participantes. O interesse dos sócios, em uma empresa solidaria, é o de promover a

solidariedade para permitir empregabilidade e renda a quem precisa para que assim, haja um mundo democrático e igualitário.

Conforme Singer (2002), a diferença mais significativa entre a Economia Capitalista e a Economia Solidária é o modo como às empresas são administradas. A capitalista aplica a administração hierárquica onde há níveis sucessivos de autoridade, as informações e consultas ocorrem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo.

As empresas solidárias são administradas democraticamente sendo praticada a autogestão. As ordens e instruções fluem de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo.

Os princípios convergentes da Economia Solidária, conforme FBES (2014) são: valorização social do trabalho humano – o ser humano não é tratado como uma mercadoria que recebe um salário de acordo com o seu trabalho, e sim é tratado com humanidade; satisfação das necessidades como eixo da criatividade tecnologia e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher numa economia fundada na solidariedade, a busca de um intercâmbio respeitoso com a natureza e os valores da cooperação e da solidariedade. Considera-se que estes princípios devem ser postos em prática para que se viva em um mundo melhor, com menos injustiças, desigualdades e não haja destruição do meio ambiente.

4 ASPECTOS JURÍDICOS DA SOCIEDADE COOPERATIVA

A Cooperativa trata-se de uma sociedade singular, especial, dotada de valores como a solidariedade, a igualdade e a justiça social, e é nesse sentido que a cooperativa se organiza. Por possuir estas características a Cooperativa é um dos exemplos de Economia Solidária. A exemplo da Cotracil, os trabalhadores associados a esta possuem os mesmos valores e a mesma condição de trabalho.

A cooperativa é uma sociedade de pessoas organizadas para a consecução de um fim econômico comum, assentada sobre valores éticos, e que se utilizam da conjunção de forças de seus associados almejando benefícios próprios, sem o fito lucrativo, procurando viver com dignidade. No caso da Cotracil, os catadores trabalham apenas para sobrevivência, ganhando, em média, R\$ 400,00 reais por mês.

O sistema cooperativo, conforme Bulgarelli (2000, p. 13-14), orienta-se pelos seguintes princípios:

- a) adesão livre: por esse princípio confere-se a liberdade em dois aspectos; primeiro não há obrigação de ingresso na cooperativa (voluntariedade) e, segundo, a ninguém será vedado o ingresso, desde que preencha os requisitos presentes no estatuto (“porta-aberta”);
- b) a cada associado um voto, ou gestão democrática: atribui maior valor nas deliberações à pessoa do associado, em detrimento do capital. Assim, a cada associado corresponde um voto, independentemente do valor de quotas de capital que ele possua;
- c) distribuição do excedente *pro rata* das transações dos membros, ou retorno: orienta o cooperativismo no sentido de afastar o fito lucrativo; aos associados é restituído o valor que eles dispenderem a mais em suas operações com a cooperativa. É a busca pelo justo preço. Esse princípio confere ao sistema cooperativo uma de suas singularidades, qual seja a ausência dos fins lucrativos;
- d) juros limitados sobre o capital: as sociedades cooperativas não são obrigadas a pagarem juros pelo capital dos associados, mas podem fazê-lo de forma limitada;
- e) neutralidade política e religiosa: postulado que vedam as cooperativas a imposição de qualquer discriminação de cunho político e religioso, bem como a sua participação em movimentos políticos;
- f) vendas à vista: objetiva a educação econômica dos associados, incentivando-os à prática da poupança;
- g) desenvolvimento da educação: a sociedade cooperativa preocupa-se com a formação do homem como cidadão, estimulando-o à aquisição de conhecimentos e à formação necessária para a atividade cooperativa.

Além desses, outros princípios cooperativos podem ser citados, tais como: a criação espontânea, a vinculação dos cooperados, somente, ao estatuto social, o objetivo comum e a prática da solidariedade, a autogestão e a transparência nas atividades (AMARAL, 2002).

Por se tratar de uma organização singular dentro do quadro de sociedades disciplinado pelo Direito (tanto civil como comercial), a cooperativa possui algumas peculiaridades que valem a pena serem estudada. Bulgarelli (2000, p. 20) chega até mesmo a citar um novo ramo jurídico: o Direito Cooperativo, o qual regeria as cooperativas e suas relações jurídicas típicas.

A originalidade do cooperativismo deve-se, sobretudo à sua inspiração ética, que norteia a atividade cooperativa, afastando o sentido lucrativo e valorizando a solidariedade, a igualdade, a justiça e o bem-estar social; os princípios da adesão livre e da gestão democrática são exemplos que revelam o forte conteúdo ético do sistema.

Ressalte-se também a peculiaridade dos atos praticados pelas cooperativas, distintos daqueles, praticados pelas demais sociedades. Tal ato mostra-se diferenciado em razão do objetivo buscado pela atividade cooperativa. Bulgarelli (2000, p. 22-23) cita dois exemplos que ilustram a particularidade dos atos praticados pelas cooperativas: o primeiro é o mecanismo do retorno, em que os associados – na proporção das operações praticadas e não do capital – recebem a partilha dos valores auferidos pela sociedade; o segundo exemplo diz respeito aos atos praticados pela administração da sociedade, que buscam servir aos associados, ao contrário da sociedade capitalista, cujos atos administrativos são voltados para o mercado.

Assim, diz-se que as cooperativas funcionam para atender as necessidades dos associados, fornecendo-lhes bens e serviços. Forma-se um círculo fechado, e aos atos estabelecidos entre sociedade e associados dentro desse círculo é dada a denominação de “atos cooperativos”. Bulgarelli (2000, p. 24): “Pois, diferentemente do que ocorre nas relações das demais empresas, nas relações operacionais entre cooperativas e seus associados não se verificam a compra e venda, mas, a distribuição, a entrega [...]”. Conforme o contrato entre os associados e a sociedade, divide-se a cooperativa em três grupos de atividades principais: fornecimento, recebimento e produção, cada um também com suas peculiaridades.

Além dessas características, derivadas da própria fundamentação do cooperativismo, há outras, de caráter mais prático, mas que também conferem originalidade ao sistema cooperativo. São elas:

- a) variabilidade, ou dispensa do capital social;
- b) número mínimo de sócios necessários para compor a administração, porém com ilimitado número de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- c) cada sócio poderá ter um limitado número de quotas-partes;
- d) impossibilidade de transferência das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, mesmo que por herança;
- e) retorno dos resultados (sobras líquidas), proporcionalmente às operações realizadas pelo associado com a sociedade, salvo deliberação em contrário da assembléia geral;
- f) *quorum* para o funcionamento e deliberação da assembléia geral baseado no número de associados, e não no capital social representado;
- g) indivisibilidade dos fundos de reserva e de assistência técnica educacional e social;
- h) neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;

i) direito de cada associado a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, qualquer que seja o número de suas quotas-partes .

Em determinados casos, quando aparecem como estabelecimentos complementares de empresas, as cooperativas constituem-se simplesmente para que as empresas gozem das isenções fiscais concedidas às cooperativas para operações de compra e venda.

As falsas cooperativas seriam falsas por agirem objetivando o processo capitalista de abaixamento do custo de produção, para que os produtos tenham mais possibilidades de venda no mercado.

Essa cooperativa de venda é nada mais que um cartel de venda, que é não uma sociedade cooperativa, mas uma forma de associação de empresas.

Isso fere um dos principais objetivos das cooperativas, que é o afastamento de intermediários entre os produtores e o consumidor. Em nosso estudo de caso há a presença do intermediário – único comprador da Cooperativa, este paga ao produtor menos do que lhe seria devido e cobra do consumidor mais do que seria necessário, mesmo abatidos os custos com transporte, aluguel de estabelecimento e outras variantes. Eliminando-se a intermediação, o produtor poderia ser mais bem remunerado e o consumidor, menos onerado.

É necessário salientar que o intermediário é por vezes útil, e, em alguns casos, necessário. Isso porque, dependendo da atividade, mesmo com a criação de uma cooperativa para que os cooperados tenham condições financeiras de colocar seus produtos e serviços no mercado, não há interesse ou possibilidade de uma cooperativa nesse sentido subsistir. Ressaltamos, neste contexto, a importância dos parceiros.

As verdadeiras cooperativas são uma forma de produção excepcional, que contribui para a complexidade do sistema de produção moderno, o liberal, que, pelo princípio da liberdade, permite a multiplicidade das formas de produção.

As cooperativas são associações de pessoas, em contraposição a associações de capitais. O objeto da cooperativa é a atividade empresarial a que se dedica. Serve para se atingir o fim, ou seja, os objetivos, que analisaremos agora.

A cooperativa é uma organização econômica, de caráter auxiliar, por cujo intermédio uma coletividade de consumidores ou produtores promove a defesa de suas economias individuais.

O objetivo é que, na qualidade de consumidor, o cooperado obtenha bens e prestações ao mais baixo custo. Na qualidade de produtor, o objetivo é que o cooperado sirva-se da cooperativa para transacionar nos mercados bens ou utilidades elaboradas individual ou

coletivamente. A estrutura da cooperativa presta serviços para o atendimento de seus associados sem finalidade lucrativa.

Diferente é o que ocorre com a presença de intermediários, conforme explicados acerca das falsas cooperativas. No entanto, a eliminação destes não é objetivo fundamental: em determinados casos, os intermediários podem nem existir, como, por exemplo, no caso de cooperativas de irrigação.

Essencial é que a cooperativa tenha o objetivo de promover aos cooperados a realização de obras que não conseguiriam isoladamente, devido ao alto custo envolvido. Tem que promover a seus associados, ao mais baixo custo, as prestações de que necessitam e colocar no mercado, igualmente a preços justos, bens e prestações produzidos por eles.

Nas empresas não-cooperativas, os associados visam à participação nos lucros. Diferentemente, nas sociedades cooperativas, os sujeitos se filiam para poder utilizar-se de seus serviços para melhorar seu próprio *status* econômico (FRANKE, 1973, p. 13).

Para que isso ocorra devem-se observar duas características que são essenciais: que todos os trabalhadores sejam associados e não simples assalariados; e que todos os associados sejam, ao mesmo tempo, trabalhadores que prestam serviço no estabelecimento social. Ou seja, exige-se que seu o cooperado seja, ao mesmo tempo, sócio e usuário ou cliente.

É o que se chama de “princípio de dupla qualidade”, o que faz abolir o lucro que, na inexistência da cooperativa, seria percebido pelo intermediário. Por isso, a ausência dessa dupla qualidade pode ser um indicativo de falsa cooperativa. As sociedades cooperativas devidamente inscritas nos registros públicos, constituem pessoas jurídicas diferentes das pessoas dos sócios.

No Brasil, para o registro ter validade, é necessário apresentar o termo “cooperativa” e é vetado o termo “banco”, mesmo para cooperativas de crédito. Essas distinções entre a pessoa jurídica da cooperativa e os sócios têm o objetivo de defender os interesses individuais dos associados e, por isso, não teria sentido se a cooperativa usasse de seu nome para enriquecer em detrimento da melhoria da condição dos cooperados.

Essa defesa dos interesses individuais, a prestação de serviços aos associados, pela sociedade, a melhoria do “status” econômico do sócio é o fim da cooperativa. Dessa forma, há consonância do fim do empreendimento, da pessoa jurídica da cooperativa, com o da clientela associada. A essa consonância denomina-se princípio de identidade. Em todo tipo de sociedade cooperativa, as atividades são regidas pelo princípio de identidade.

5 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

A Constituição Federal de 1988, ao referir-se a dignidade como fundamento da República e do Estado Democrático de Direito reconheceu que é o Estado que existe em função da pessoa humana, e não o oposto, já que o ser humano constitui finalidade e não meio da atividade estatal. Portanto, a principal função do Estado é o bem estar das pessoas e proporcionar, a estas, uma vida digna.

A mesma carta dispõe no artigo 170, caput que “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social”. Portanto, a realização deste princípio também é condição para a manutenção da economia brasileira.

Todas as pessoas nascem livres e iguais em direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas as outras com respeito e fraternidade. A dignidade esta ligada ao ser humano em forma de liberdade, trabalho, família, cultura, ou seja, tudo o que identifica aquela pessoa com o meio em que vive. Conforme Moraes (2006, p. 50-51):

O princípio fundamental consagrado pela Constituição Federal/88 da dignidade da pessoa humana apresenta-se em uma dupla concepção: primeiramente, prevê um direito individual protetivo, seja em relação ao próprio estado, seja em relação aos demais indivíduos. Em segundo lugar, estabelece verdadeiro dever fundamental de tratamento igualitário dos próprios semelhantes. Esse dever configura-se pela exigência do indivíduo respeitar a dignidade de seu semelhante tal qual a Constituição Federal exige que lhe respeitem a própria. A concepção dessa noção de dever fundamental resume-se a três princípios do direito romano: *honestere* (vive honestamente), *alterum nonlaedere* (não prejudique ninguém) e *suum cuique tribuere* (de a cada um o que lhe é devido).

Portanto, ao Estado é conferido o dever de proteger todos os seres humanos de desrespeito, maltratos, deficiências, enfim, toda violação ao princípio da dignidade da pessoa humana, proporcionadas pelo próprio poder público ou por outros seres humanos.

O princípio da dignidade da pessoa humana está interligado a moralidade. Para que este seja uma realidade, o cidadão necessita participar, estar incluído na sociedade, possuir o mínimo para suprir suas necessidades e ser um cidadão que tenha seus direitos preservados.

Segundo Kant (2004, p. 58), as pessoas devem ser tratadas como um fim em si, como seres humanos e não como um meio, uma mercadoria para se obter lucro. Para ele “No reino dos fins, tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem preço, pode ser

substituída por algo equivalente; por outro lado, a coisa que se acha acima de todo preço, e por isso não admite qualquer equivalência, compreende uma dignidade.”

Portanto, o homem, como ser racional, é um fim em si mesmo e não um objeto usado arbitrariamente de acordo com as vontades de outrem. A liberdade de pensamento e, principalmente a liberdade no ambiente de trabalho é essencial para que o homem se sinta realizado. Na Economia Solidária a liberdade e a criação humana são incentivadas, desta forma o trabalhador pode ser ele mesmo no ambiente de trabalho.

6 CONHECENDO A COOPERATIVA DE MARÍLIA

De acordo com o analisado anteriormente, os princípios marcantes da Economia Solidária, conforme FBES (2014) são: valorização social do trabalho humano – o ser humano não é tratado como uma mercadoria que recebe um salário de acordo com o seu trabalho, e sim é tratado com humanidade, como um fim em si mesmo (dignidade); satisfação das necessidades como eixo da criatividade tecnologia e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher numa economia fundada na solidariedade, a busca de um intercâmbio respeitoso com a natureza e os valores da cooperação e da solidariedade.

Em uma cooperativa, os traços marcantes são semelhantes, como a preocupação em profissionalizar os cooperados, para que possam estar incluídos na sociedade, para tanto a adesão e livre também se faz presente, pois o objetivo é atingir os excluídos. Nas cooperativas também há preocupação com o meio ambiente, por isso o desenvolvimento é sustentável, procurando não causar nenhum dano ao meio ambiente. Quanto à administração, as decisões são colegiadas, democráticas e há prática da autogestão. Os cooperados são tratados com igualdade, há prática da solidariedade e possuem valores voltados para a justiça social. Todos os envolvidos possuem objetivos em comum.

Na Cotracil, algumas das características da Economia Solidária e da cooperativa estão presentes. O serviço prestado a comunidade é de grande valia, acredita-se que substitui o serviço público. O quadro feminino, onde 70% dos cooperados são mulheres é notório, algumas sustentam a família apenas com o salário que recebem da cooperativa, e este salário garante que tenham uma vida digna. A sustentabilidade também está presente, visto que coletam resíduos sólidos para que sejam reciclados. Todos os membros sabem que colaboram com a preservação do meio ambiente.

A Cooperativa de Marília não valoriza a profissionalização dos cooperados, nenhum deles passou por treinamento ou possui algum tipo de especialidade. O conhecimento adquirido é apenas o prático. A falta de conhecimento influencia também decisões administrativas, sem informação ou conscientização do próprio trabalho está à mercê da Presidente Ana Marques. Estas características serão analisadas detalhadamente nos capítulos próximos.

A Cooperativa de Marília – Cotracil foi fundada em 1999 quando Ana Maria Marques Rodrigues, líder comunitária do Bairro, mulher inquieta e inconformada com os problemas do bairro em que vivia, passou a lutar pela construção do Centro Comunitário da Nova Marília, um dos bairros mais populosos da cidade. Também se incluía nos seu horizonte e utopias a fundação da Cooperativa, no Bairro Toffoli, um bairro onde residem pessoas carentes. Ana, com 63 anos de idade é a Presidente atual da Cooperativa. Na entrevista disse que fundou a cooperativa para fazer o que gostava: catar lixo reciclável e ajudar as pessoas.

A Cotracil surgiu com o objetivo de humanizar/socializar o trabalho dos catadores, retirando-os das ruas e levando-os para barracões com infra-estrutura adequada para seleção e preparo do material reciclável destinado a comercialização direta. Com a formalização da Cooperativa os catadores passaram a ser visto, pela sociedade e por eles mesmos, como profissionais. Reforçando essa imagem passaram a utilizar uniformes, o que foi considerado pela fundadora como fundamental para a profissão ser vista com respeito.

Ao iniciar-se como instrumento de combate a exclusão social, a Cooperativa, era uma alternativa para a geração de trabalho e renda, satisfazendo as necessidades dos catadores, demonstrando ser possível produzir e reproduzir, buscando eliminar as desigualdades materiais e difundir valores referentes à sustentabilidade e solidariedade.

De acordo com a Ata da Assembléia Geral Ordinária de 21 de agosto de 2007, passados quase dez anos da fundação, a Diretoria da Cotracil está composta por: Presidente – Ana Maria Marques Rodrigues, Vice-Presidente – Eliseu Osório Arruda, Secretário – Henrique Manoel de Moraes e Conselheiro – Guilherme Felix dos Santos.

A cidade de Marília (SP) recicla atualmente cerca de 1% do lixo inorgânico produzido. Segundo a estimativa da Cotracil (Cooperativa de Trabalho Cidade Limpa), cerca de 70% do lixo produzido na cidade é composto por material reciclável – orgânico e inorgânico. O município produz quase 4.000 toneladas de lixo reciclável a cada mês.

Assim, a cidade produz ao dia 180 toneladas de lixo domiciliar, média de 900 gramas de resíduos por habitante (a população atual da Cidade de Marília é de, aproximadamente,

200 mil habitantes). Desse total, quase 130 toneladas, ou 72% são compostas por materiais inorgânicos – papel, papelão, vidro, plástico de toda natureza. Ou seja, mais de 70% do lixo orgânico é simplesmente depositado no lixão, esperando a ação do tempo. O lixo, ou resíduos sólido, domiciliar, é remetido ao lixão de Avencas e o lixo hospitalar é incinerado na Unimar (Associação de Ensino de Marília), dos termos da lei.

Considerando a venda de papelão, vidro, alumínio, sucata, jornal, etc. o preço médio praticado na venda dos produtos recicláveis, por kilograma: papelão – R\$ 0,09, vidro – R\$ 0,05, alumínio – R\$ 2,30, sucata – R\$ 0,30, jornal – R\$ 0,05, revista – R\$ 0,05, garrafas Pet – R\$ 0,70. Esses preços foram obtidos em entrevista com Guilherme Felix dos Santos, cooperado que, atualmente, está realizando as vendas dos recicláveis.

Ao coletar os resíduos sólidos, os catadores da Cotracil obtêm renda média em torno de R\$ 400 reais por mês. A renda é resultado da venda de produtos recicláveis e é dividida conforme a produtividade do coletor. A diretoria também recebe proporcional ao trabalho realizado, salvo a Presidente Ana Maria que, por ter se acidentado no barracão (caiu e quebrou o pé), recebe o salário de forma diferenciada, possuindo uma renda fixa de R\$ 400,00.

Em períodos anteriores, os cooperados, percorriam entre vinte e trinta quilômetros a pé, com um peso estimado entre cento e quarenta a cento e setenta quilogramas, em carrinhos de mão.

7 O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE APLICADO AOS CATADORES DE LIXO

Retomando Kant, que diz que todo homem deve ser tratado como um ser humano, que representa um fim em si mesmo, e não como uma mercadoria com finalidade de se obter lucro, tenta-se demonstrar a importância do trabalho na revelação desta humanidade.

O trabalho é uma das dimensões da vida humana que revela nossa humanidade, é por ele que se dominam as forças da natureza e é por ele que satisfazemos nossa capacidade inventiva e criadora, também um dos princípios da economia solidária, – o trabalho exterioriza numa obra a interioridade do criador. Para que o trabalhador tenha oportunidade de criar e dominar a natureza a liberdade e fundamental.

Acompanhando a rotina dos catadores, observa-se que, apesar do trabalho duro, aparentemente degradante e desumano, as pessoas são tratadas como um fim em si mesmo.

Os catadores possuem liberdade de presença e horário no local de trabalho, ganham o quanto produzem, e são respeitados pelo que fazem. Não são usados para gerar lucro a alguém (apesar de claramente verificarem-se interesses Políticos no caso da Prefeitura Municipal e Marketing no caso de empresas, como a Spaipa – Coca-cola) dentro da cooperativa, e percebem que o sucesso dos negócios depende de cada um. Possuem, aparentemente, o lema dos mosqueteiros “um por todos e todos por um”. Não há a figura do patrão, cada um é o seu patrão.

Em entrevista, a Sra. Ana Maria Marques, quando questionada a respeito do conceito de dignidade diz:

Ter dignidade é ser respeitada e respeitar os outros – incluindo a própria natureza – e ter o mínimo para viver. Eu tenho de tudo na cooperativa, do lixo tiro sapatos, roupas, até móveis, e comida temos todo o tempo. A Prefeitura nos dá cestas básicas e leite, estes são distribuídos entre os cooperados. Para viver com dignidade é necessário ter um nome limpo, respeitado pelas pessoas.

Em continuidade ao comentário, Ana Maria informa que, apesar de considerar sua profissão digna e importante, acredita que a sociedade ainda precisa evoluir e conscientizar-se quanto à profissão do catador de papel: “Quando vamos às casas Bahia a moça pergunta: ‘Qual a sua profissão?’ Sou catadora de papel. ‘Mas não pode’. Como não pode?”

A falta de conhecimento técnico em relação ao trabalho, a baixa escolaridade (40% dos cooperados, apenas, concluíram o ensino médio) impede o desenvolvimento profissional da cooperativa e, conseqüentemente dos cooperados.

Observa-se que, se houvesse o conhecimento técnico e prático, provavelmente, seria uma empresa destacada, em evidência, despertando interesse de muitos empresários sedentos para obterem mais lucros a custo de alguém, sendo esta uma característica da Economia Capitalista e, inseridos nela, a dignidade é apenas um conceito e não uma prática.

8 CONCLUSÕES

Observou-se que, além da necessidade de algumas mudanças na cooperativa é importante a transformação pessoal de cada um dos envolvidos nos trabalhos da COTRACIL, no sentido de ser trilhado um caminho novo de convivência com o aprendizado, de compartilhamento de idéias, de capacitação pessoal e profissional, rompendo com os laços perversos do assistencialismo, da mendicância, da exclusão social e da miséria.

A cooperativa apresenta-se como uma oportunidade para os cooperados de crescimento pessoal e profissional, sendo também responsáveis pelo sucesso do empreendimento, portanto, dedicação e esforço pessoal são essenciais para que tenham uma vida digna.

Merece menção especial à questão do crescimento pessoal e da capacitação profissional, em que novas competências sejam agregadas às capacidades da cooperativa e de seus cooperados, no sentido de melhorar os seus resultados e de agregar novos cooperados, contribuindo para a sua expansão como atividade produtiva sustentável.

Os cooperados possuem liberdade de horário, tarefas (exercendo-as de acordo com sua capacidade e disponibilidade) possuem o que precisam para manutenção de suas vidas e recebem de acordo com o que trabalham; mas para que tenham uma vida digna de ser vivida, para que desfrutem, tenham sonhos e esperança de que estes sonhos serão realizados é necessário conhecimento não apenas do processo de trabalho e da importância da reciclagem, mas da sociedade em que esta inserida, das possibilidades e oportunidades que o mundo pode proporcionar.

É essencial uma melhor estruturação técnica, física e de equipamentos, pois, como já citado, as condições de trabalho, as instalações físicas e os equipamentos sofrem pela precariedade, quando existentes, e pela ausência: há a necessidade, por exemplo, de comprar uma máquina extrusora que, através de várias funções, agrega muito valor aos plásticos recolhidos e acondicionados.

Evidencia-se como de absoluta necessidade a ampliação das parcerias e a revitalização das parcerias já existentes, que passam por um processo de relativo arrefecimento, diminuindo o impacto positivo que as ações anteriores trouxeram para a cooperativa; tal é o caso do Rotary, que patrocinou de forma ativa a compra dos dois caminhões que fazem o transporte de material.

Verifica-se que a principal parceira da COTRACIL é a Prefeitura Municipal de Marília por sustentar a maior parte sua estrutura, com isto constata que a cooperativa é muito sensível às instabilidades políticas, principalmente em uma época eleitoral.

Através do discurso dos entrevistados é observada a dificuldade da manutenção das parcerias já existentes principalmente por haver, ainda, baixo número de membros cooperados efetivos, realmente identificados com o movimento social que representa esta categoria. O estreitamento de parcerias facilitaria os investimentos em educação e em estrutura, apesar de exemplos claros de segundas intenções.

O respeito entre os cooperados e a importância do papel de cada um para o sucesso da cooperativa é um traço de dignidade. O reconhecimento entre eles, e até o demonstrado pela comunidade, são aspectos importantes para que se tenha uma vida digna.

A população deve atuar como agente ativo: colaborando na coleta seletiva através da separação dos lixos e envio à cooperativa e agente ativo no sentido de cobrar e exigir da prefeitura, políticos competentes e empresas um incentivo maior a estas atividades. Esta atividade não confere apenas dignidade aos cooperados, mas a toda população municipal, pois tem a possibilidade de reciclar o lixo e, em longo prazo, garantir o futuro da humanidade.

Constata-se que uma comunidade sustentável é geralmente definida como aquela capaz de satisfazer suas necessidades e aspirações sem reduzir as probabilidades afins para as próximas gerações. Esta é uma exortação moral importante. Lembram a responsabilidade de transmitir aos filhos e netos um mundo com oportunidades iguais as herdadas por eles. Entretanto esta definição não diz nada a respeito de construir uma comunidade sustentável. A Economia Solidária tem esse papel: mostrar ao mundo que é possível viver dignamente sem destruir o meio ambiente. Para isso, o conhecimento é fundamental.

Ter consciência de que a capacidade de se consumir mais e mais, ter dinheiro, prende o ser humano nas grades da mercadoria, ele próprio se torna uma mercadoria, sendo que o objeto tem mais importância que ele próprio.

Não é preciso inventar comunidades humanas sustentáveis a partir do zero, mas que pode modelar as existentes, seguindo os ecossistemas da natureza, que são as comunidades sustentáveis de plantas, animais e micro-organismos.

A característica notável da biosfera consiste em sua habilidade para sustentar a vida, uma comunidade humana sustentável deve ser planejada de forma que, suas formas de vida, negócios, economia, estruturas físicas e tecnologias não venham a interferir com a habilidade inerente à Natureza ou à sustentação da vida.

Enfim, constatou-se que a Economia Solidária, em forma de cooperativas, é uma alternativa viável e possível para o resgate da dignidade da pessoa humana, sendo um dos princípios fundantes da ordem econômica, e outros princípios preconizados no artigo 170 da Constituição federal, como a defesa do meio ambiente, valorização do trabalho humano, redução das desigualdades e busca do pleno emprego.

REFERÊNCIAS

ARROYO, João C. T. e SCHUCH, Flavio C. *Economia Popular e Solidária*. A alavanca para um desenvolvimento sustentável. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

AMARAL, Líris Silvia Zoega T. do. Cooperativa de trabalho. *Jus navigandi*, Teresina, ano.6,n. 58, ago. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3138>> . Acesso em: 18 out. 2007.

BULGARELLI, Waldirio. *As sociedades cooperativas e sua disciplina jurídica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas*. São Paulo: Idesa, 2003.

_____. *As conexões Ocultas: Ciência para uma vida sustentável* . São Paulo, 11 de agosto de 2003. Disponível em: www.ecoar.org.br. Acesso em 08 abr. 2008.

_____. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1997.

_____. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 2003.

CONSTANCE, Paul. *Dignidade no lixão*. *BIDAmerica*. Disponível em: [HTTP://www.iadb.org/idamerica/index.cfm?thsid=3079](http://www.iadb.org/idamerica/index.cfm?thsid=3079). Acesso em: 13 ago. 2014.

DIAS, Reinaldo. *A Desigualdade Social no Brasil*. Disponível em: http://www.estudiologia.hpg.ig.com.br/geografia_desig8.htm. Acesso em: 13 ago. 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDARIA. Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60. Acesso em: 01 ago. 2014.

FRANCO, Augusto. *Capital social e desenvolvimento local*. In Vergara, Patrício (org.). *Desenvolvimento endógeno: um novo paradigma para a gestão local e regional*". Fortaleza: IADH, 2004.

FRANKE, Walmor. *Direito das Sociedades Cooperativas*. São Paulo: Saraiva, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973.

GOMIDE, Raphael e SOARES, Pedro. *Fome atinge 14 milhões de pessoas no país, informa IBGE*. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u78678.shtml>. Acesso em: 11 ago. 2011.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos*. Trad. Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MORAES, Alexandre. *Direitos Humanos fundamentais: teoria geral comentários aos artigos I. a 5. Da Constituição da Republica Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência*, 2006.

MAGERA, M. *Os Empresários do Lixo: um paradoxo da modernidade*. Campinas, SP: Atomo, 2003.

NASCIMENTO, D. M. *Metodologia do Trabalho Científico: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002.

SINGER, Paul. *Introdução a Economia Solidária*. São Paulo. Perseu Abramo, 2002.